

jornal da tarde

Publicado pelo S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55. Tel.: 266-7099 (PABX).



JULIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JULIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Director Responsável
RUY MESQUITA

Directores
José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

Ministro Plenipotenciário para renegociar a dívida

Segundo o noticiário de ontem, até o final do dia de hoje é possível que tenhamos notícias mais esclarecedoras a respeito do prosseguimento das negociações com o Fundo Monetário Internacional.

Tudo indica que as divergências de ordem técnica e metodológica que levaram a uma interrupção das conversações — mais longa, já, do que se previa no início — poderão ser superadas e, de alguma forma, o Brasil continuará recebendo o apoio financeiro do FMI. Lembremos somente que a segunda parcela de crédito, que deveria ter sido liberada no final de maio, passou a ser esperada pelas autoridades brasileiras para o final de junho, depois para o mês de agosto e, agora, o ministro Ernane Galvéas já fala em meados de setembro. Isso apenas mostra que as lições da História recente não têm sido assimiladas e as autoridades insistem em se desmoralizar perante a opinião pública, mercê de renitente otimismo e prognósticos infundados.

Não é, portanto, por acreditar piamente no que elas dizem que entendemos ser possível a continuidade das negociações com o FMI, a formalização de novo acordo com essa entidade, bem como o prosseguimento, dentro de um clima favorável, dos entendimentos com os credores privados. A despeito dos descaminhos da nossa política econômica interna e do baixíssimo nível de credibilidade dos administradores dessa política, a verdade é que de ambos os lados não há alternativa senão para a boa vontade e o espírito conciliatório, e, além disso, existe uma decisão política tomada lá fora, tanto na reunião dos países da OCDE como no encontro de Williamsburg, em maio último, de tudo fazer para não permitir uma nova grande moratória internacional. Isso, por enquanto, nos assegura que cada vez que se aproxime o perigo de inadimplemento — como está ocorrendo no momento com referência ao pagamento devido ao Banco de Compensações Internacionais — algo seja feito para evitá-lo. Neste caso particular, fala-se que o Tesouro norte-americano mais uma vez viria em nosso auxílio.

Bem, a situação, como todo mundo sabe, é de moratória não oficializada e administrada — como é moda dizer hoje em dia — em conjunto pelo Banco Central e por nossos credores. Tudo se passa como se o Banco Central fosse avisando os credores sobre vencimentos que se aproximam e de comum acordo se fizesse uma triagem daqueles que serão honrados e daqueles que serão pendurados, isto é, entrarão na conta dos atrasos.

O processo no qual estamos mergulhados consiste, portanto, em rolar para a frente todos os pagamentos que forem possíveis, saldar também o que for possível com as entradas de caixa que conseguirmos e simplesmente atrasar o resto, procurando, a cada dia, manter esse resto em níveis mínimos. Ninguém sabe exatamente qual o montante já acumulado de atrasos. O presidente do Banco Central, Carlos Langoni, havia feito uma previsão, em meados de maio, de que esses atrasos chegariam até um pico de 1,4 bilhão de dólares em agosto e depois decresceriam. Isso poderá ser ultrapassado, e talvez até já esteja sendo ultrapassado. O problema, todavia, não é propriamente o montante dos atrasos, mas o efeito que isso vai provocando entre nossos fornecedores de mercadorias. Já existem sinais de que eles se preocupam com isso e eventualmente poderão começar a ocorrer suspensões de fornecimentos.

Enfim, não estamos aqui para criar alarma e sim para mostrar que, mesmo levando em conta a boa vontade de todos os envolvidos em manter o Brasil à tona, em dar sustentação de liquidez às contas brasileiras, essa situação de tight money, de administração financeira da mão para a boca, não se pode prolongar indefinidamente, tem de ter um paradeiro, pois o desgaste que ela provoca acabará alcançando a área comercial e submetendo a economia interna a racionamentos indesejáveis.

Estamos todos, afinal, empenhados na busca de uma solução para o problema, e o que temos, no momento, não constitui uma solução, mas sim uma contínua invenção de quebra-galhos que não servem para dar serenidade e tranquilidade de médio e longo prazo.

Os próprios credores, junto com o FMI e com o governo americano, já revelaram seu interesse em abandonar esse curso de arranjos imediatistas e partir para um programa de três anos ou mais, capaz de alicerçar uma saída definitiva.

O que nos parece é que as atuais autoridades econômicas, envolvidas como estão na busca cotidiana de cobertura financeira externa, sobrecarregadas pelas tarefas de ajuste interno da política econômica, sendo solicitadas a todo momento para dar conta deste ou daquele problema menor, já não dispõem das condições operacionais — de tempo e disposição — para encetar a negociação mais ampla, que exigirá full-time e inteira atenção. Pensamos, ainda, que, devido à tática inicialmente adotada de não admitir as reais dimensões da crise e ocultar ou disfarçar os compromissos e sacrifícios que o País iria ter de aceitar, as atuais autoridades tornaram-se desacreditadas perante as forças que apóiam o caminho da negociação paciente com os credores e definitivamente suspeitas perante aquelas que, em nome de um nacionalismo descabelado, propõem rompimentos perigosos. Não dispõem, portanto, do grau necessário de confiabilidade política interna e de credibilidade externa para conduzir uma negociação de alto nível.

Isso exigirá, a nosso ver, alguém que não pertença aos quadros estritos do governo; que tenha razoável dose de respaldo político no Congresso Nacional, até mesmo entre partidos da oposição; que seja indiscutivelmente respeitado pela opinião pública do País, desfrutando de alta credibilidade; que possua a energia física e a competência técnica necessárias para a missão; sobre quem não paire a mínima suspeita de estar “vendendo” o Brasil ou aceitando “imposições” absurdas; alguém capaz de traduzir os melhores e mais legítimos interesses nacionais de longo prazo, sobre os quais teria de ter uma visão clara, numa linguagem de banqueiros e financistas entendam. Enfim, estamos pensando na conveniência e na oportunidade da designação de um Ministro Plenipotenciário com a missão exclusiva de negociar, em nome do Brasil, um novo acordo de contas de longo prazo com os credores. Para que o mundo saiba que esta pessoa fala realmente

em nome de todos nós, de maneira autorizada, seria possivelmente o caso de escolhê-la dentro de um consenso político, com anuência até da oposição. Isso nos permitiria sair desta situação de conversas miúdas, pouquíssimo confiáveis e inócuas, porque mesmo quando bem-sucedidas não definem um horizonte tranquilizador. Agora mesmo estamos constatando que até a superação da meta de seis bilhões de dólares de superávit comercial não nos dá segurança, pois há novos rombos a exigir novos jumbos.

Quarta-feira